Santos, R.C.; Silva, R.P.; Coelho, P.P.V. Reflexões sobre o turismo como estratégia de desenvolvimento: a comunidade Mumbuca (TO) e a possibilidade do etnodesenvolvimento. **Revista Brasileira de Ecoturismo,** São Paulo, v.12, n.4, ago/out 2019, pp.353-374.

Reflexões sobre o turismo como estratégia de desenvolvimento: a comunidade Mumbuca (TO) e a possibilidade do etnodesenvolvimento

Reflections on tourism as a development strategy: the Mumbuca community (TO, Brazil) and the possibility of ethnodevelopment

Rayssa Carneiro Santos, Reijane Pinheiro da Silva,
Pedro Paulo Valadão Coelho

RESUMO: O presente trabalho apresenta como questão problema a relação entre a comunidade quilombola Mumbuca, situada no Jalapão, TO, e processos associados ao desenvolvimento econômico e turístico do estado e da região citada. O objetivo da pesquisa foi compreender a agência comunitária diante do contexto apresentado, especificamente após a criação do Parque Estadual do Jalapão (PEJ) em 2001.A pesquisa foi realizada em 2018, através da observação participante e da revisitação da produção teórica disponível. Categorias como desenvolvimento, etnodesenvolvimento, expansão das liberdades e cultura como recurso, bem como autores que desenvolveram trabalhos sobre a comunidade em tela sustentam a problematização do objeto e ajudam a compreender que formas tradicionais de habitar e pensar o território precisam ser vistas não como um empecilho ao desenvolvimento, mas como possibilidades de promover a expansão das liberdades substantivas (SEN, 2000) e o etnodesenvolvimento (LITTLE, 2002).

PALAVRAS CHAVE: Comunidade Mumbuca; Etnodesenvolvimento; Liberdades Substantivas; Cultura.

ABSTRACT
The present study presents as a problem issue the relationship between the Mumbuca quilombola community, located in Jalapão, TO, and processes associated with the economic and tourist development of the state and the region. The objective of the research was to understand the community agency in the context presented, specifically after the creation of the State Park of Jalapão (PEJ) in 2001. The research was carried out in 2018, through participant observation and revisiting the available theoretical production. Categories such as development, ethno-development, expansion of freedoms and culture as a resource, as well as authors who have developed works on the on-screen community support the problematization of the object and help to understand what traditional ways of inhabiting and thinking the territory need to be seen not as a hindrance development, but as possibilities to promote the expansion of substantive freedoms (SEN, 2000) and ethnodevelopment (LITTLE, 2002).

KEYWORDS: Mumbuca Community; Ethnodevelopment; Substantive Freedoms; Culture.

Introdução

A região do Tocantins conhecida como Jalapão está localizada no sudeste do estado, a aproximadamente 250 km de Palmas, e é dotada de atrativos turísticos de rara beleza natural que incluem rios, cachoeiras, dunas de areia e ressurgências hídricas – conhecidas como fervedouros. Esta região engloba os municípios de Mateiros, São Félix do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins, Santa Tereza, Lagoa do Tocantins, Lizarda, Rio Sono e Novo Acordo.

O Turismo nesta região teve um crescimento significativo nos últimos três anos. Segundo dados do Naturatins (Instituto Natureza do Tocantins), o fluxo de visitantes nas dunas, por exemplo, tem aumentado ano a ano. Em 2015, foram 11.111 frequentadores. No ano de 2016, 14.493 pessoas visitaram o local. Já até o mês de setembro de 2017, o instituto já havia registrado 16.649 visitantes.

Uma característica importante para desenhar o turismo no Jalapão é o modelo de exploração. As empresas que controlam a chegada e a permanência dos turistas não são da região. Os turistas compram pacotes fechados que incluem hospedagem, alimentação, transporte e entrada nos atrativos sem efetuar nenhuma negociação com fornecedores locais. Assim, o que percebemos nessa relação entre o turista e o seu objeto é a marginalização da população local, que muito pouco participa das negociações e consequentemente dos lucros que são gerados.

Mateiros é a cidade onde está localizado o maior número dos atrativos turísticos e por isso é um dos locais mais utilizados para sediar a estadia dos visitantes. A dinâmica costuma ser: os turistas dormem nos hotéis - sendo que os grandes empreendimentos hoteleiros são de proprietários externos à cidade - e de manhã são levados pelas agências de turismo – em seus carros traçados, ar condicionado, janelas fechadas – para os passeios, retornando à noite, quando novamente se acomodam nos hotéis. A rara interação com a cidade revela a pouca estrutura que esta possui para receber e proporcionar aos turistas os serviços que os atenderiam de forma satisfatória.

Na rota dos turistas, encontra-se a comunidade Mumbuca, localizada a cerca de 40 km de Mateiros. A comunidade é remanescente de quilombo e atualmente tem aproximadamente 150 habitantes. Os mitos de fundação indicam que o seu surgimento é resultado de um processo migratório, provavelmente da Bahia, de pessoas que procuravam terra, melhores condições de sobrevivência e provavelmente fugiam da escravidão, tendo chegado ao local em fins do século XIX.

Um fato marcante na história recente de Mumbuca foi a criação do Parque Estadual do Jalapão (PEJ), que pertence à categoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral do estado do Tocantins e possui uma área de mais de 158 mil hectares. Criado em 2001, o PEJ engloba a comunidade em questão e trouxe desafios e novos enfrentamentos para o cotidiano dessa população. É que subjacente à legislação que cria o PEJ encontra-se o que Diegues denomina de mito moderno da natureza

selvagem, ou simplesmente neomito, que se sustenta na ideia de que ainda existam espaços de natureza intocada e que precisam ser preservados.

> Esse neomito, no entanto, foi transposto dos Estados Unidos para países do Terceiro Mundo, como o Brasil, onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta. Nesses países, mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura (chamada neste trabalho de tradicional), de seus mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais (DIEGUES, 2001, p.10).

Nos termos legais do Brasil, trata-se da criação de uma Unidade de Conservação, e no caso específico da comunidade mencionada, e de acordo com a Lei nº1203, publicada em 16 de janeiro de 2001, o estado do Tocantins de forma unilateral, determinou aos moradores da Mumbuca a necessidade de deixar o local onde se fundaram enquanto comunidade.

Os moradores da Mumbuca começam então a conviver com órgãos governamentais, cuja presença passou a tentar redefinir as práticas da comunidade e até a coibir e punir, desconsiderando os seus saberes e a forma tradicional de manejo do meio ambiente. De acordo com Pereira,

> A fiscalização era feita por dois órgãos do governo estadual, NATURATINS e RURALTINS e um órgão Federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Os funcionários e técnicos do governo que fiscalizavam a região, por desconhecerem a realidade de uma comunidade tradicional ou uma comunidade quilombola, constrangiam todas as famílias, à medida que na relação fiscal/fiscalizado, aplicavam multas que de tão absurdas e exorbitantes não correspondiam nem ao orçamento total da família da pessoa multada (2012, p. 137).

A partir desta ação impositiva e violenta do estado, faz-se necessário que a comunidade encontre estratégias de sobrevivência que a preserve, diante do desafio imposto pela criação do PEJ e, ainda, pela chegada cada vez mais frequente do turismo. Diante destes dilemas, a comunidade tem desenvolvido algumas estratégias de sobrevivência, das quais abordaremos a produção/ comercialização de artesanato em capim-dourado, a recepção aos turistas e os “empreendimentos sociais/culturais” de Mumbuca. A discussão será feita a partir de conceitos como desenvolvimento, vulnerabilidade social, etnodesenvolvimento, liberdade e cultura como recurso.

A partir destes conceitos, pretende-se olhar para a comunidade Mumbuca e refletir sobre as suas possibilidades de reação frente ao modelo

de desenvolvimento que vem sendo implementado na região do Jalapão, tendo como carro-chefe o turismo – e levando ainda em consideração as limitações referentes à sua localização em uma Unidade de Conservação.

A metodologia utilizada foi o estudo bibliográfico de autores que discutem os conceitos mencionados, bem como de autores que desenvolveram trabalhos sobre a comunidade em questão. O trabalho foi também desenvolvido a partir de observações de campo, realizadas em momentos coletivos e públicos, registrados pelos autores. Especificamente citamos a 10ª Festa da Colheita do Capim Dourado, realizada no período de 11 a 16 de setembro de 2018 - bem como na análise de material publicitário de divulgação do referido evento – distribuído publicamente.

Desenvolvimento: de onde para onde?

O debate sobre o desenvolvimento é amplo e polêmico e pode partir da própria acepção do termo, que sugere evolução, crescimento. Parece simples, quando se imaginam situações naturais ou biológicas passando por esse processo de desenvolvimento. No entanto, quando estamos falando de realidades sociais, que envolvem sujeitos e suas relações que dão sentido e movimento ao mundo, surgem algumas dificuldades para adotar esta concepção.

> Devemos perguntar: desenvolvimento de onde para onde, e de quê para quê? de pequeno a grande? de atrasado a adiantado? de simples a complexo? de jovem a velho? de estático a dinâmico? de tradicional a moderno? de pobre a rico? de inferior a superior? (STAVENHAGEN,1985, p 12).

Questões como estas denunciam um paradigma que dominou o pensamento científico sobre desenvolvimento durante muito tempo, dando origem a várias teorias, oriundas de perspectivas variadas e multidisciplinares. Apesar dos aspectos que as diferenciavam - principalmente, os meios para alcançar o desenvolvimento - existia um ponto em comum que unia as teorias: a certeza de que todas as nações, inevitavelmente, necessitavam se desenvolver nos moldes das sociedades modernas industrializadas.

> (...) o desenvolvimento econômico tinha claras pretensões universalistas: era algo que todos os países deveriam querer e aceitar, já que sua superioridade em relação às formas tradicionais de produção e organização era considerada incontestável (LITTLE, 2002, p.35).

O que se percebe nessa visão é um não-reconhecimento das diferenças. Ao redor do mundo, existem inúmeras sociedades, que tradicionalmente se organizam em prol da sua sobrevivência humana e cultural sem, no entanto, ter tido até então como ponto a alcançar, o modelo das sociedades ocidentais modernas, industrializadas e burocráticas.

Assim, longe de ter crescimento econômico como parâmetro, um conceito de desenvolvimento que leve essas diferenças em consideração é um conceito que deve ter duas faces: 1) por um lado, trata-se de um conceito mais amplo, que admite a dimensão humana e a expansão da sua necessidade mais básica, a liberdade; 2) por outro lado, trata-se de um conceito que fecha o foco no grupo específico e na sua diversidade, atentando para as suas demandas e suas potencialidades.

Desenvolver para libertar

A primeira face desse modelo de desenvolvimento tem como base a teoria de Amartya Sen, para quem o desenvolvimento é a expansão das liberdades que as pessoas desfrutam. Mas para serem livres, as pessoas precisam ter acesso às condições sociais e econômicas que lhes garantam essa liberdade.

Neste sentido, segundo Sen (2000, p.16) o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de ampliação das liberdades reais que as pessoas gozam. Assim, a abordagem nas liberdades humanas afronta o ponto de vista mais limitado de desenvolvimento, que o identifica "*com o crescimento do produto nacional bruto (PNB), com o aumento das receitas pessoais, com a industrialização, com o avanço tecnológico ou a modernização social*".

Ainda neste viés, o autor ressalta que a liberdade se apresenta no núcleo do processo de desenvolvimento carregando consigo duas razões: a razão avaliatória e a razão da eficácia, sendo que na primeira, a análise do progresso está ancorada na expansão das liberdades das pessoas, e, a segunda, considera a livre condição de agente das pessoas (SEN, 2000).

Além disso, o autor indiano traça dois conceitos cruciais ao seu sistema de pensamento, que, por sua vez, correspondem às liberdades substantivas e liberdades instrumentais. Nesse sentido, define:

> Essas liberdades substantivas (ou seja, a liberdade de participação política ou a oportunidade de receber educação básica ou assistência médica) estão entre os componentes constitutivos do desenvolvimento. Sua relevância para o desenvolvimento não tem de ser estabelecida a posteriori, com base em sua contribuição indireta para o crescimento do PNB ou promoção da industrialização. O fato é que essas liberdades e direitos também contribuem muito eficazmente para o progresso econômico (SEN, 2000, p19).

As liberdades instrumentais, por sua vez, se traduzem por: (a) liberdades políticas (sob a forma de livre expressão e eleições); (b) disponibilidades econômicas (sob a forma de oportunidade de participar no comércio e na produção); (c) oportunidades sociais (sob a forma de serviços de educação e de saúde); (d) garantias de transparência (dizem respeito à

necessidade de abertura que as pessoas podem esperar); (e) segurança protetora (protege as pessoas da miséria, a exemplo, a previdência social) (SEN, 2000).

Assim, Sen salienta que a falta de liberdade é marcada por privações, e, neste sentido:

> O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos (SEN, 2000, p.16).

Não obstante, no que concerne à situação de pobreza de recursos - realidade enfrentada no Brasil por inúmeras pessoas, entre estas, comunidades tradicionais (índios, quilombolas, populações ribeirinhas, entre outras) – leva ao que Abramovay *et al*. chama de vulnerabilidade social, que a seu ver, deve ser situada no "*discurso conceitual e analítico como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores*" (2002, p.29). Assim, há que se considerar o acesso às oportunidades sociais, econômicas e culturais provenientes do Estado, mercado e sociedade que gozam indivíduos e grupos.

Neste sentido, os discursos sobre a vulnerabilidade social vêm, quase em regra, acompanhados pela abordagem da violência. E, cabe considerar se a frustração de necessidades básicas, tanto na dimensão individual quanto grupal, juntamente com a falta de oportunidade de participação no mercado, falta de meios que assegurem o acesso à saúde e educação em uma sociedade, dentre outras mazelas, configurem por si mesmas tipologias do que se conceitua enquanto violência. Neste sentido,

> Se a violência não envolve necessariamente uma agressão física no confronto direto de algumas pessoas com outras, então a distinção entre violência e outras formas coercitivas de infligir danos, dor e morte fica enevoada. Uma política que deliberada ou conscientemente conduza à morte de pessoas pela fome ou doença pode ser qualificada de violenta. Essa é uma razão por que slogans como 'pobreza é violência' ou 'exploração é violência' não constituem meras hipérboles (ARBLASTER, 1996, p.803).

Neste sentido, assim como Sen (2000) defende a expansão do próprio conceito de liberdade, propõe-se aqui a expansão do conceito de violência, não apenas enquanto um dano proveniente da ação de alguém contra outrem, mas também da omissão, e, neste viés, é possível afirmar que a situação da comunidade Mumbuca, não apenas no que concerne à falta de recursos materiais, mas também a demandas relacionadas ao impacto do "desenvolvimento" em seu *modus vivendi*, bem como, da falta de políticas públicas eficazes por parte do estado frente a esta população, ou, da ameaça de perda do território, tais questões se apresentam enquanto uma série de violências vivenciadas pela comunidade.

Seguindo esta linha de pensamento, o caráter radical do entendimento do desenvolvimento amparado na premissa do alargamento das liberdades que determinada população goza, pode, de maneira prática, ser evidenciado em questões básicas, e, neste sentido, é de extrema pertinência o questionamento a respeito do fato de liberdades políticas e sociais, como o acesso à participação do sistema político, à saúde, à educação básica, entre outros, se apresentarem como propulsores de desenvolvimento, sendo, segundo Sen (2000) a própria constituição do desenvolvimento marcado por estas liberdades.

No caso do Brasil, no entanto, esses conceitos, historicamente não vem sendo seguidos, conforme explica Cleto:

> [...] o processo de desenvolvimento brasileiro ocorreu com base em uma relação desigual entre as demandas do Estado e os direitos da sociedade civil. Tendo como horizonte um projeto macroeconômico, com o intuito de aproximar o país das grandes potências econômicas mundiais, intensificou ações que muitas vezes geraram danos à população, como por exemplo, desapropriação de terras, mudança forçada de residência, etc. Fato ainda mais sério quando se trata de comunidades tradicionais, pois, estas além de terem seu modo de vida próprio, que é alterado pelas adversidades provocadas pelo fenômeno, ainda estão à margem da sociedade, de modo que os impactos do processo agravam sua situação de vulnerabilidade social (2015, p.41).

E, neste sentido, o que foi supracitado coaduna com a realidade vivenciada pelas famílias que compõem a comunidade Mumbuca, visto que a mesma se encontra refém de uma ação violenta do estado, que de forma legalizada, lhe tirou o chão. Aliado a isso, vê chegar um modelo de desenvolvimento pautado na exploração turística da região, a partir de grandes empresários que negociam a chegada dos turistas sem a participação dos habitantes do local.

Etnodesenvolvimento

Até fins dos anos 1970, a visão linear evolucionista de desenvolvimento predominou nos estudos sobre o assunto e nas políticas implementadas. A ideia de modernização chegou a ser chamada por algumas correntes de “ocidentalização”, o que escancarava de forma brutal o etnocentrismo da acepção.

A base dessa visão de mundo estava impregnada da certeza de que o tradicional precisava ser suplantado, pois representava o maior obstáculo ao crescimento tecnológico, científico e econômico – e era então o que impedia as nações subdesenvolvidas de galgarem melhores posições no ranking mundial do desenvolvimento.

Assim,

> neste ponto de vista funcional-estrutural do desenvolvimento, há pouco lugar para os grupos étnicos. Eles são descartados como emissários do passado, como obstáculos à modernização. Aqui, mais uma vez o pertencimento étnico é considerado não-racional, tradicional e até conservador (STAVENHAGEN,1985, p. 28).

No âmbito da antropologia social, a problematização da ideia do desenvolvimento como um processo universal foi fundamental para a desconstrução teórica do conceito. A narrativa universalista e positiva associada a essa categoria foi submetida a profundas críticas, considerando as múltiplas formas de viver, pensar e ocupar os territórios, na contramão do discurso hegemônico, que fundamentalmente traduz o colonialismo ocidental em uma das suas manifestações mais significativas.

Como contraponto à hegemonia ocidental, antropólogos começaram a trabalhar com o conceito de "desenvolvimento local" no intuito de documentar etnograficamente as distintas maneiras pelas quais o conceito de desenvolvimento é concebido, operacionalizado ou apropriado por distintas sociedades (DAHL e RABO, 1992). Várias etnografias demonstraram que o conceito de desenvolvimento tem sido usado, interpretado, questionado e reproduzido por grupos locais em formas divergentes. Essas pesquisas revelaram que o desenvolvimento tem múltiplas formas diferenciadas entre distintos grupos étnicos e religiosos (LITLLE, 2002, p. 38).

A fim de abarcar essas múltiplas possibilidades de se pensar e fazer o desenvolvimento surgiu o termo etnodesenvolvimento, que segundo a literatura, pode ter duas definições, que não se excluem, mas que se relacionam dialeticamente e se influenciam constantemente, de modo que uma até depende da outra para ter seus efeitos. Nas palavras de Paul Little (2002), são elas: 1) o desenvolvimento econômico de um grupo étnico; 2) o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social.

Uma forma de demonstrar a força das duas acepções unidas é o que Stavenhagen chama de etnicidade como força mobilizadora. O autor fala que a força da etnicidade foi e é capaz de mobilizar a humanidade a ponto de desencadear grande acontecimentos mundiais ligados à estabilidade política, guerra e paz, conflitos de terra etc. Nos dias atuais e no cenário das nações de Terceiro Mundo, principalmente onde a política central adota um modelo etnocêntrico, em que as minorias geralmente são ignoradas enquanto um grupo diferenciado cultural e historicamente, a etnicidade ressurge como uma nova estratégia:

Para alguns autores a etnicidade representa uma escolha racional de ação política, mais do que um retorno a sentimento primordiais. Afirmam-se que as reivindicações étnicas são utilizadas por certos grupos sociais para responder a interesses econômicos e políticos que, de outra forma, dificilmente seriam atendidos (...). Nestes casos, a política ou etnopolítica, como tem sido chamada, torna-se política de pressão e pode ser utilizada pelas elites políticas dos grupos minoritários em suas tentativas de corrigir

as injustiças ou obter uma “parte maior do bolo” (STAVENHAGEN,1985, p. 38).

Trazendo esses conceitos para iluminar a situação da comunidade Mumbuca, percebe-se o fortalecimento que a comunidade alcançou quando decidiu empreender uma busca pela sua identidade, questão marcante em sua história. A comunidade que hoje se reconhece e é reconhecida como quilombola, nem sempre se viu dessa forma. Foi um fato externo que gerou esse despertar.

> Os conflitos com a criação do Parque Estadual do Jalapão levaram a comunidade a se organizar e pensar a sua própria identidade; passaram a reivindicar os seus direitos, denunciar a violação deles e se mobilizar para responsabilizar o Estado (PEREIRA, 2012, p. 133).

Essa nova reorganização fez com que os moradores da Mumbuca reforçassem seus laços e se fortalecessem para enfrentar os embates que colocaram sua existência à prova.

A batalha interna (de autorreconhecimento) e externa (em várias instâncias administrativas) culminou em 2006, com a obtenção do título de comunidade quilombola, conferido pela Fundação Palmares. Embora o título obtido seja um grande avanço, a luta está em curso, pois a terra onde vivem os mumbuquenses ainda não foi legalmente demarcada – o que os deixa em situação de conflito com a lei do Parque Estadual do Jalapão.

Nesta busca empreendida pela sua identidade, além do resgate dos ascendentes e das lembranças dos laços de família, destacam-se também as identidades forjadas na relação com o lugar. Pereira afirma que para muitos dos seus entrevistados, “A identificação se dá sempre com o espaço: ‘nóis aqui do Jalapão’, ‘nóis somo do cerrado’, ‘nóis aqui de Mumbuca’, ‘eu sou jalapoense’, ‘eu sou de Mumbuca’ (PEREIRA, 2012, p.108, grifos no original).

Fixados num lugar de difícil acesso, os mumbuquenses estabelecem uma relação com o lugar, fundante em sua história e sua sobrevivência. A relação com a terra enquanto o local onde os seus ancestrais se fixaram e passaram a existir socialmente definem o que se entende por território, uma categoria multidimensional que pode ser explicada sob vários aspectos.

> Sob o ponto de vista jurídico-político, o território é definido como espaço delimitado e controlado pelo exercício do poder sob a concepção mais subjetiva – cultural e simbólica. Constitui produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço sentido, vivido e compartilhado. Sob a concepção econômica, o território evoca a dimensão das restritas relações econômicas, que concebe o território como sinônimo de recursos, da relação capital-trabalho ou da divisão “territorial” do trabalho. E a concepção naturista enfatiza as relações homem/natureza/sociedade manifestada na relação ambiental (PERICO, 2009, p.57).

Todas essas facetas do território são vivenciadas de forma inseparável por comunidades tradicionais, que "*integram atividades produtivas e sociais intimamente ligadas entre si e com uma significação ritual e simbólica não baseada em relações de intercâmbio monetário*" (SCOLES, 2007, p. 132).

Em sua tese de doutorado, Mota reflete sobre a relação história da comunidade Mumbuca com o território:

> A história do remanescente quilombola é construída a partir de episódios de resistência no território que possibilitaram a continuidade do grupo, e por situações de negociação ainda em andamento. O remanescente lida ainda hoje com múltiplos desafios na luta pela preservação e continuidade da cultura quilombola local. Do impasse travado desde 2001 com o Parque Estadual do Jalapão emergem relações de alteridade pacíficas e outras conflituosas, pois o território é o lugar de origem de todas as formas de subsistência dos povos quilombolas, e é também nele que se enraízam as heranças culturais e dinâmicas cotidianas que integram a identidade coletiva e memória dos remanescentes. (...) Em Mumbuca a tradição só existe a partir do território e no território (MOTA, 2013, p.48).

Assim, entende-se que a relação de Mumbuca com o território passa a ser fundamental para a sua existência, sendo, portanto, necessário encontrar estratégias de sobrevivência que o preserve - diante do desafio imposto pela criação do PEJ e, ainda, pela chegada cada vez mais frequente do turismo – mas principalmente, que sejam estratégias pautadas nesta mesma relação definidora com o território.

Diante dessas evidências que deixam à mostra o quanto questões como território, identidade e etnia fortalecem e definem a comunidade e seus sujeitos, é que o etnodesenvolvimento se reafirma enquanto a visão mais adequada para trabalhar com tal realidade, pois,

> quando se combina a problemática do desenvolvimento com a do reconhecimento da diversidade cultural, o etnodesenvolvimento introduz um conjunto de novos temas no seio do espaço público dos estados nacionais. (...) No plano econômico, as práticas de etnodesenvolvimento tendem a ocupar o lugar de "alternativas econômicas, principalmente onde a ideologia neoliberal é predominante (LITTLE, 2002, p.40).

Mas acima de tudo, o que eleva o etnodesenvolvimento como a melhor estratégia de desenvolvimento é, sem dúvida, o fato de que este tem como foco central "*o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas*" (LITTLE, 2002, p.40).

Cultura como recurso para o desenvolvimento

Este trabalho parte do pressuposto de que estratégias que visem ao desenvolvimento de uma comunidade não precisam suplantar seus valores e saberes tradicionais, sob pena de que esse mesmo desenvolvimento seria também o extermínio de um modo de vida.

Dessa forma, um aspecto que precisa ser valorizado em primeiro plano, é a cultura. Na sua argumentação em prol do etnodesenvolvimento, Little deixa clara a importância da autonomia cultural de um povo, enquanto requisito básico para a sua existência e o seu fortalecimento. Para o autor,

> (...) o cerne da questão da autonomia está na manutenção (ou reconquista, se for o caso) de um alto grau de controle sobre a tomada de decisões que afetam o grupo étnico local. Assim, a autonomia cultural implica ter uma *participação direta nas decisões* sobre o destino dos recursos naturais contidos no seu território e, igualmente importante, controle sobre os recursos culturais do grupo (língua, organização social, práticas tecnológicas etc.). (LITTLE, 2002, p.41 – grifo nosso).

Como observado pelo autor, atestamos que "o destino dos recursos naturais contidos no seu território" tem sido uma preocupação na comunidade Mumbuca, que tem no artesanato feito com capim-dourado (*Syngonanthus Nitens*) - uma planta da família das sempre-viva, retirada dos campos de várzea - sua principal fonte de renda. A colheita do capim-dourado, após pesquisas sobre o ciclo de vida do vegetal, foi estipulada em calendário pelo Naturatins entre os dias 20 de setembro a 20 de novembro, com o objetivo de garantir a germinação da espécie em anos seguintes.

A história da comunidade com o capim-dourado teve início com Dona Laurina, que no início do século XX teria aprendido o trançado do capim e confeccionava utensílios domésticos e peças de uso pessoal. Mas foi sua filha, Guilhermina, a Dona Miúda (falecida em 2010), que viu no artesanato uma possibilidade econômica e além de ensinar filhas e irmãs, passou a comercializar o excedente de sua produção.

Conforme relatos das mulheres mais velhas da comunidade, quando elas e suas mães começaram a comercializar o capim dourado em outras cidades viajavam cerca de setenta e duas horas utilizando animais de carga e era frequente a realização de trocas do artesanato por alimentos, o que transformou as peças em uma das principais fontes de renda dos quilombolas (MOTA, 2015, p. 97-98).

A evolução desta história foi o que possibilitou que a comunidade melhorasse suas condições de sobrevivência e, principalmente, se projetasse para além dos limites da comunidade, tornando-se conhecida em todo o estado e até nacional e internacionalmente. Embora desde a década de 1990 o capim-dourado já estivesse ganhando maior visibilidade, o grande salto em termos de projeção se deu a partir de 2003, quando o Governo do estado do Tocantins passa a empreender uma luta simbólica com a intenção de apagar o girassol enquanto símbolo do estado (até então disseminado - e

por que não, semeado - pelo ex-governador Siqueira Campos). Havia então a necessidade de uma substituição do girassol.

> Assim, houve a transformação do capim dourado em um símbolo, não apenas político-governamental, mas também identitário. Esse processo buscou legitimar-se por meio da naturalização do discurso do endemismo da espécie – capim dourado – e, portanto, um marco diferenciador entre eu e os outros (ANJOS, 2017, p.35).

Cabe aqui ressaltar que o estado do Tocantins tem uma formação recente, pois foi criado a partir da Constituição Federal de 1988, com o desmembramento de parte do território antes pertencente ao estado de Goiás. Desta forma, as disputas simbólicas em prol da construção de uma identidade cultural ainda estão enredando os primeiros capítulos. Todo esse processo também é analisado por Silva (2016), ao apontar que na construção discursiva da identidade do Tocantins, a categoria sertão, associada no período anterior à autonomia, ao atraso e ao abandono da população, passa a ser valorizada como espaço de saberes genuínos e ancestrais, a exemplo do fomento, por parte do estado, de artes e tradições das populações locais, como o trançado do capim dourado:

> Da necessidade de se inventar uma tradição tocantinense surgem práticas institucionais cujo objetivo é fomentar produtores de uma música regional, de um artesanato regional (capim dourado), de danças regionais (Sússia, Cantos e Danças Indígenas) e de uma narrativa sobre o passado de lutas da região. Fica claro, a princípio, que a intenção é congregá-los, forjando uma tradição, no sentido apresentado por Hobsbawm e Ranger (2006) (SILVA, 2016).

Com tal visibilidade e com o respaldo do discurso governamental, a comunidade então ganha força para reivindicar a legitimidade de toda a tecnologia patrimonial que envolve a colheita, o manejo e a confecção do artesanato em capim-dourado. Embora esta batalha se dê no âmbito administrativo e legal, a exemplo da Lei Estadual nº 2.106, de 14 de Julho de 2009, que reconhece o capim-dourado como bem de valor cultural e patrimônio histórico do estado do Tocantins, bem como a obtenção do selo de indicação geográfica do IPHAN, que diferencia o artesanato de capim dourado feito no Jalapão dos demais, é lá no interior da comunidade que se fixam as bases para a disputa simbólica, pois há a necessidade de destacar, de dentro do Jalapão e dentro do Tocantins, a legitimidade primordial de dona Laurina e suas descendentes.

Atualmente, as peças de capim-dourado são diversificadas e já sofreram muitas influências dos cursos de designers patrocinados pelo estado e pelo SEBRAE às comunidades, inclusive à Mumbuca. O artesanato é conhecido e comercializado em vários países do mundo e tem se apresentado como um símbolo significativo do estado, divulgado por artistas, redes de televisão locais e nacionais.

Experiência e autenticidade

Há dez anos a comunidade realiza a Festa da Colheita do Capim-Dourado, sempre em setembro, para marcar o início do período definido pelo Naturatins para colher o vegetal, sem prejudicar a sua reprodução. São apenas dois meses de colheita e o material deverá ser utilizado durante todo o ano. Desta forma, a comunidade se organiza para a "corrida do ouro", quando pessoas de todas as idades vão para os campos de várzea e montam acampamentos por dias e noites, a fim de colher a maior quantidade possível do capim-dourado.

A Festa da Colheita é um momento de ação de graças pelo capim-dourado, que transformou a vida da comunidade. Como os moradores de Mumbuca são evangélicos, em alguns momentos a programação tem caráter religioso e inclui atividades como o culto. Além disso, é um período de fortalecimento da memória, das tradições e da valorização da cultura quilombola.

Em 2018, a Festa foi realizada entre os dias 11 e 16 de setembro e teve apoio de diversas instituições governamentais das esferas municipal, estadual e federal. A Universidade Federal do Tocantins esteve presente através de professores, alunos e pesquisadores, como nós. Durante a visita, conhecemos pessoas de diferentes idades, assistimos a reuniões públicas entre a comunidade e órgãos governamentais, apresentações culturais diversas, e presenciamos a chegada de turistas em diferentes momentos – que independentemente da programação da Festa da Colheita, passavam pela comunidade. Optamos aqui neste trabalho por tecer uma análise desta recepção aos turistas, embora diversos outros momentos e muitas outras vivências também tenham despertado o interesse pela investigação acadêmica, o que pretendemos explorar em outros trabalhos.

Os moradores de Mumbuca já estão acostumados com a chegada dos turistas, que no intervalo entre a visitação de uma beleza natural e outra são levados à comunidade pelos guias. A parada é na Associação Capim Dourado do Mumbuca, onde são expostas as peças produzidas por toda a comunidade. Assim que os turistas chegam, forma-se um grupo, principalmente de mulheres e crianças que cantam músicas dando as boas-vindas ao grupo e agradecendo pela visita.

> Visitante, seja bem-vindo
> Sua presença é um prazer
> Nós estamos com alegria
> A Mumbuca ama vocês

Embora outras comunidades quilombolas também estejam na região do Parque Estadual do Jalapão e assim na rota dos turistas, que muitas vezes passam pelas comunidades, até mesmo para almoçar, só na Mumbuca acontece essa recepção coletiva aos visitantes. Outra música que também é cantada com frequência na recepção aos turistas é a adaptação de uma conhecida toada do cancioneiro popular:

Meu capim, meu capim-dourado
Que nasceu no campo sem ser semeado
Foi o Mumbuca que nos ensinou
Essa linda arte
Com muito amor

Sutilmente, a paródia deixa um recado que demarca a intenção de garantir ao turista a autenticidade das peças que vão comprar. Há a reivindicação de que os produtos produzidos em Mumbuca são revestidos de autenticidade. Um valor embutido de história, tradição e acolhimento que só poderá ser adquirido ali, naquele local, vivenciando aquela experiência, mesmo que existam preços mais acessíveis em outros lugares.

Empreendimentos sociais e culturais de Mumbuca

Os turistas que chegaram à Associação naqueles dias encontraram no balcão um folder que foi confeccionado pela ocasião da 10ª Festa da Colheita e estava sendo distribuído livremente durante a nossa estadia na comunidade. Na parte interna do folder, consta toda a programação da Festa da Colheita, mas no canto inferior direito, um campo com destaque colorido chama a atenção com o título “Empreendimentos de Mumbuca”, que são classificados em três grupos: 1) Gastronomia e Hospedagem: Pousada e Restaurante da Tonha, Restaurante da Vila, Restaurante e Sorveteria Viola de Buriti, Lanches da Néia, Lanches e Sabores do Cerrado Mumbuca, Pão Caseiro da Chica, Mercearia Mumbuca; 2) Turismo: Rota Nativa, Prainha Mumbuca; 3) Social/Cultural: A Casinha da Árvore, A Dotora do Cerrado, Violeiros da Viola de Buriti (Figura 1).

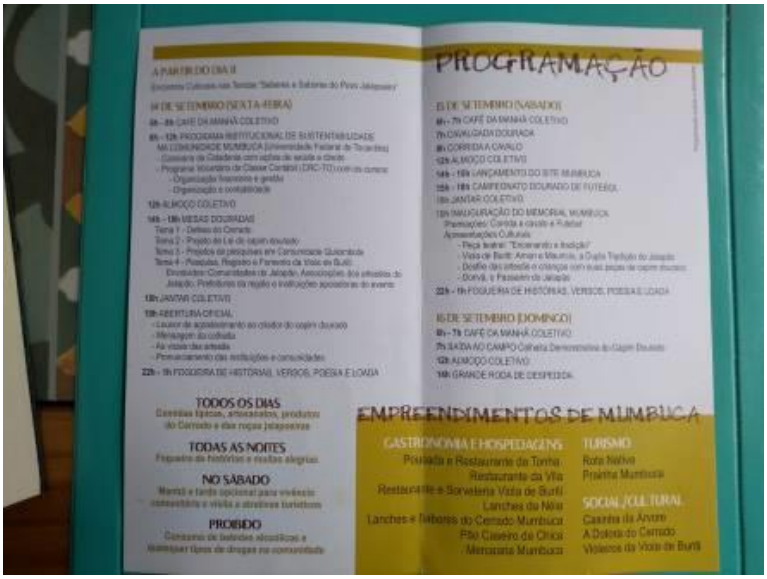

Figura 1: folder da 10ª Festa da Colheita. **Foto**: Rayssa Carneiro.

Para este trabalho concentramos a atenção especificamente nos empreendimentos de cunho social/cultural. Embora não tenhamos tido a oportunidade de presenciar nenhuma das apresentações destes empreendimentos exclusivamente para um grupo de turistas, já chama a

atenção o fato de que eles estejam constando de um rol denominado "empreendimentos".

A Casinha da Árvore

Em uma das reuniões públicas que assistimos durante a programação da 10ª Festa da Colheita, ouvimos a informação que a casinha da Árvore não estava em funcionamento há algum tempo, porque a pessoa responsável, estava estudando fora da comunidade e por isso, sem condições de dar andamento ao projeto na época.

Nesta mesma reunião, entendemos ser uma ação voltada às crianças da comunidade. Pesquisando sobre o tema, encontramos em Mota (2015, p. 185) um depoimento da responsável pelo projeto, que havia sido colhido em 2011 pela autora.

> *A casinha da árvore é uma iniciativa que a gente montou aqui, uma casa na árvore onde fazia tudo, artesanato de buriti, graviola, onde tinha um monte de livro pras crianças aprender a ler, momento de ensinar a ler, momento de lanche... (Ana Cláudia, entrevista concedida em 22 de setembro de 2011).*

Daí entendemos ser a visita à casinha da árvore um momento que o turista vai conhecer atividades que são realizadas pela comunidade e para a própria comunidade, presenciando um pouco da sua rotina e conhecendo um pouco mais sobre os costumes locais.

A "Dotora" do Cerrado

Noemi Ribeiro de Sousa, 63 anos é chamada pelo apelido de "Doutora Mumbuca" ou simplesmente "Doutora", desde os oito anos de idade, quando teria curado o pai de um problema nos olhos, utilizando um chá feito de folhas do cerrado.

Doutora é a liderança mais proeminente da Mumbuca na atualidade. Ela foi a primeira presidente da Associação de Moradores (em 2000) e esteve à frente dos conflitos surgidos com a criação do PEJ a partir de 2001. Ela é a pessoa que fala em nome da comunidade com as autoridades e com a imprensa e figura em materiais de divulgação da comunidade, a exemplo da capa do folder que estamos analisando, conforme pode ser visto na Figura 2.

Figura 2: capa do folder da 10ª Festa da Colheita. **Foto**: Rayssa Carneiro.

Em sua tese, Mota (2015) conta que Doutora se tornou a "Rainha do Capim-Dourado" após a morte de sua mãe, Dona Miúda, que teria sido a primeira Rainha. Sobre a importância desta liderança, ela esclarece que:

> Doutora interage com os elementos externos a Mumbuca demonstrando grande habilidade política. Em dias de festividade a rainha recebe as autoridades estatais vestida com o ouro da região. Às vezes nestes eventos ela apresenta reivindicações sobre questões que considera injustas na comunidade, sua postura firme apresenta também diplomacia, expressando a capacidade de transitar entre os papéis de autoridade e subalternidade (MOTA, 2015, p. 158).

A experiência turística com a "Dotora do Cerrado" tende a ser então de grande significado, visto que ela encerra muitos poderes em uma só pessoa, o poder de cuidar das pessoas (conhecimento das ervas), o poder de representar a comunidade externamente, seja reivindicando direitos, seja utilizando de diplomacia para lidar com os turistas.

Violeiros da Viola de Buriti

Uma experiência musical típica da Mumbuca é ouvir a "viola de vereda" ou "viola de buriti", chamada assim porque é confeccionada a partir do talo do buritizeiro, uma palmeira abundante na região. Trata-se de mais um conhecimento repassado pela tradição, e segundo Mota (2015, p.181): "A resistência materializada através da viola de buriti ressalta, mais uma vez, o vínculo entre os quilombolas e o território".

Atualmente, a confecção das violas é feita principalmente pelos músicos quilombolas Maurício e Arnon. Maurício já chegou a gravar um CD, uma produção independente e que fica disponível para venda na sede da Associação Capim Dourado do Mumbuca. Durante a visita, existe a possibilidade de os turistas ouvirem os músicos, no entanto, caso eles não estejam presentes, ou estejam ocupados, como neste período da Festa da Colheita, as próprias crianças cantam uma das músicas mais conhecidas na recepção aos turistas:

Violinha de vereda
Violinha de vereda
Viola de buriti
Quando eu toco essa viola
Essa menina, é comum lembrar de ti

Comprando histórias

Além de ouvir as músicas enquanto compram, os turistas costumam ouvir histórias sobre a origem do povoado, perguntam e são esclarecidos sobre a genealogia dos membros da comunidade, visto que na sede da Associação há um painel estampando um imenso gráfico desde os primeiros ancestrais.

O nome do povoado também é motivo de curiosidade, o que os moradores logo explicam ser o nome de uma abelha que faz a sua casa na terra e sempre foi muito comum naquele lugar – mais uma evidência do forte vínculo das pessoas com o território.

Muitos turistas também se deslocam do grupo e passam a circular pela comunidade, fotografando as pessoas, filmando, fazendo perguntas, demonstrando curiosidade sobre o capim-dourado e sobre a forma de viver dos moradores, no que são atendidos de forma sempre cordial.

Na visão de Mota, “os visitantes comportam-se como consumidores e espectadores das tradições culturais compartilhadas pelos mumbucas e constroem assim suas experiências turísticas autênticas no quilombo” (2015, p. 232). Para a autora,

> O contato com o turista e os rituais de recepção não significam a descaracterização da cultura quilombola ou negociação da autenticidade coletiva. As imagens apresentadas e representadas durante as boas-vindas ao visitante têm origem na infrapolítica dos mumbucas, e expressam a compreensão dos quilombolas sobre a própria identidade e a importância das relações sociais e econômicas desenvolvidas a partir da presença de visitantes na comunidade (Idem, ibdem).

Cultura como recurso

No plano cultural, esse comportamento dos moradores do povoado Mumbuca, ao receberem os turistas e oferecerem a sua história como um produto único e irrecusável, revela a necessidade de controle local sobre os saberes tradicionais e suas tecnologias, assim como as demais manifestações culturais, como rituais, canções, lendas populares, e outras práticas. Isso inclui procedimentos de propriedade intelectual, afinal são esses bens da esfera simbólica que passarão a ser mobilizados como recurso para o reconhecimento diferenciado da comunidade.

Yúdice (2013, p.17) destaca como esses bens simbólicos têm se tornado cada vez mais "uma atração para o desenvolvimento econômico e turístico, como mola propulsora das indústrias culturais e como uma fonte inesgotável para as novas indústrias que dependem da propriedade intelectual".

Para comprovar seus argumentos de que a cultura passou a ser vista como um recurso, o autor relata uma conferência de James Wolfensohn, então presidente do Banco Mundial (proferida em outubro de 1999), e intitulada "As contas da cultura: financiamento, recursos e a economia da cultura em desenvolvimento sustentável".

> (...) ele [Wolfensohn] enfatizou uma "visão holística de desenvolvimento" que focaliza a conquista do poder da comunidade dos pobres de forma a que possam manter – sustentar – esses bens que os capacitam a suportar o "trauma e a perda", afugentar a "desagregação social", "manter a autoestima" e ainda fornecer recursos materiais. Ele comenta: "existem dimensões de desenvolvimento da cultura. A cultura material e expressiva é um recurso subvalorizado nos países em desenvolvimento. Ela pode gerar renda através do turismo, do artesanato, e de outros empreendimentos culturais. O patrimônio gera valor" (BANCO MUNDIAL, 1999) (YÚDICE, 2013, p.31).

Com isso, o autor mostra que, com o advento da globalização, a cultura passou a ser considerada como recurso, e apontando também para a capacidade de criar e disseminar o teor simbólico que conduz a vida contemporânea.

> [...] é a cultura que viabiliza a consolidação da cidadania fundada na participação ativa da população. [...] a cultura produz os padrões da confiança, da cooperação e da interação social que resultam numa economia mais vigorosa, mais democrática e governo efetivo, além de menores problemas sociais (YÚDICE, 2013, p.33).

Como consequência, Cleto entende que a cultura passou a ser útil, conveniente, para resolver problemas que antes eram da política ou da economia. Para a autora:

A cultura é conveniente como recurso para se atingir um fim e pode ser usada de diversas formas, como por exemplo, para promover o desenvolvimento urbano, para promover a cultura nativa e os patrimônios nacionais explorados pelo turismo, para transformar lugares históricos em parques temáticos. (2015, p. 76).

Nesse sentido, pesquisando junto a comunidades indígenas do México – país onde os estudos de etnodesenvolvimento têm se destacado – Pizzio relata que:

> Em estudo realizado junto a comunidades tradicionais, pôde-se observar uma intensificação do uso de elementos étnicos e culturais como recursos de agência, no sentido descrito por Yúdice (2006). (...) A utilização e a reificação desses elementos na esfera pública tem sido uma estratégia importante para a valorização comunitária e a ampliação de redes sociais de cooperação por meio da confiança e da solidariedade (PIZZIO, 2018, p. 284).

O fortalecimento dessas redes de relacionamento mencionados por Pizzio encontram-se com a afirmação de Little (2002, p.43): "*O estabelecimento de uma situação de autonomia cultural não implica o desligamento do grupo local com o mundo maior, algo quase impossível dada à interdependência do mundo atual*".

É isso que percebemos em Mumbuca, quando vemos que a comunidade se abre para a relação com agências de turismo, com o aprimoramento de suas peças de artesanato para atender aos formatos mais aceitáveis pelo mercado.

Uma forma de a comunidade assumir o gerenciamento das suas potencialidades culturais e utilizá-las como recurso, pode ser o que Pizzio (2018, p. 286) defende, que é a "*necessidade de fortalecer as relações sociais entre atores por meio do empoderamento dos cidadãos e da cooperação sistêmica, tornando-as estáveis e confiáveis*". Neste estudo, o autor relata como as mulheres indígenas Masehual Siuamej Mosenyolchikauanij em Cuetzalan del Progreso, no México transformaram sua realidade social e econômica através de empreendimentos culturais de cunho étnico, valorizando suas tradições e que foram viabilizadas pela cooperação e confiança no grupo.

No caminho de trazer esse raciocínio para a leitura de uma comunidade quilombola como a Mumbuca, percebeu-se como esta vem se posicionando de forma protagonista a fim de ressaltar a sua cultura enquanto mola propulsora de uma estratégia de desenvolvimento associada à necessidade de trabalhar questões como fortalecimento grupal e cooperação. Estas vias abrem possibilidades para lidar com os dilemas do desenvolvimento (geralmente visto como categoria universalista), com um modelo de turismo exógeno e avassalador, e com a necessidade de se manter na terra para não perder seus vínculos identitários e desaparecer culturalmente.

Considerações finais

O presente trabalho percorreu um estudo bibliográfico sobre conceitos de desenvolvimento e sua adequação à situação da comunidade Mumbuca, situada no Jalapão, região turística do estado do Tocantins, à luz de abordagens como etnodesenvolvimento, desenvolvimento como liberdade, vulnerabilidade social e violência, além de cultura como recurso.

Partiu-se do pressuposto que desenvolver é libertar e libertar é cessar as privações básicas. Neste sentido, ficou evidenciado aqui que a comunidade Mumbuca encontra-se socialmente vulnerável, visto que sofreu ação violenta do estado com a criação do Parque Estadual do Jalapão em 2001, de forma impositiva, gerando a ameaça da perda do seu território – aspecto fundante da sua sobrevivência física e cultural.

Por outro lado, abordou-se o crescimento da atividade turística na região do Jalapão e a forma diferenciada com que a comunidade Mumbuca vem lidando com a questão. Estes fatos geram efeitos na vida cotidiana da população citada, e, neste sentido, a busca de estratégias de desenvolvimento que sejam capazes de preservar sua cultura e até mesmo valorizá-la e torná-la o centro do processo de desenvolvimento têm sido a forma de sobrevivência adotada pela comunidade.

Assim, pudemos constatar com este trabalho, como o etnodesenvolvimento se configura enquanto abordagem adequada para lidar com processos que visem ao desenvolvimento de comunidades com histórias, tradições e especificidades fincadas no território, como as comunidades quilombolas, e por ser uma alternativa ao modelo universalista de desenvolvimento.

Contatamos também que a comunidade Mumbuca tem reconhecido a cultura como recurso para o seu desenvolvimento, à medida que vem implementando diversas estratégias com este foco, a exemplo dos empreendimentos sociais/culturais “Casinha da Árvore”, “Dotora do Cerrado” e “Violeiros da Viola de Buriti”, bem como a rotineira recepção aos turistas.

Numa provável inversão na ideia de desenvolvimento como fim em si mesmo, acredita-se também que o desenvolvimento, através das estratégias aqui mencionadas seja o meio para a expansão das liberdades substantivas, ou seja, promovam antes e acima de tudo, o bem-estar das pessoas.

Por fim, acreditamos que a descrição aqui realizada aponta para a possibilidade de novas investigações. Um aprofundamento não só a partir de novas pesquisas bibliográficas, como através de uma vivência na comunidade Mumbuca, empreendendo trabalho com base na etnografia.

Referências

ABRAMOVAY, R. *et. al*. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina:** Desafios para Políticas Públicas. Brasília: UNESCO Brasil, 2002.

ANJOS, A.C.C. **Do Girassol ao Capim Dourado**: apropriação e ressignificação de elementos naturais na narrativa identitária do Estado do Tocantins. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

ARBLASTER, A. Violência *In*: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Jorge Zahar Ed.: Rio de Janeiro: p 803-805,1996.

CLETO, E.A.T. Resiliência e Reconhecimento em Neocomunidades: o caso da comunidade quilombola Morro de São João – TO. 2015. 212f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/UFT. Palmas, 2015.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

LITTLE, P.E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, n. 3, p. 33-52, 2002.

MOTA, A.A.S. Na Terra do Capim Dourado. Resistência e negociação no quilombo Mumbuca, TO, Brasil. 2015.321f. **Tese** (Doutorado em Antropologia). Instituto Universitário de Lisboa. Escola de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Antropologia. Lisboa, 2015.

PEREIRA, A.L. Famílias Quilombolas: história, resistência e luta contra a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional na Comunidade Mumbuca – Estado do Tocantins. 2012. 310 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/UNESP. Araraquara, 2012.

PERICO, R.E. **Identidade e território no Brasil**. IICA, 2009.

PIZZIO, A. Capital social étnico e desenvolvimento comunitário: o caso da organização de mulheres indígenas Masehual Siuamej Mosenyolchikauanij. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 23, n. 1, p. 282-299, 2018.

HOBSBAWM, E.; RANGER T. **A invenção das tradições**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

SCOLES, R. Comunidade Negra de Itacoã: Territótio, Biodiversidade e Organização Social, Pilares para o Etnodesenvolvimento. **MDA/NEAD. Prêmio Territórios Quilombolas 2ª Edição**. Brasília, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, R.P. O sertão e suas possibilidades: problematizando a construção da identidade do Tocantins. *In*: FREIRE J.E.; OLIVEIRA, A.M. (Orgs). **Educação, Participação Política e Identidade Cultural**: uma contribuição miltidisciplinas para a formação docente no Tocantins. Palmas: Eduft, 2016.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário antropológico**, v. 84, p. 11-44, 1985.

YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura**: usos da cultura na era global. Tradução de Marie-Anne Kremer. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

Rayssa Carneiro Santos: Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil.

E-mail: rayssa.carneiro@uft.edu.br

Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2946925776889710

Reijane Pinheiro da Silva: Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil.

E-mail: reipinheiro@gmail.com

Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0565922256384104

Pedro Paulo Valadão Coelho: Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil.

E-mail: pedropaulopsi@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7594768573177477

Data de submissão: 27 de fevereiro de 2019

Data de recebimento de correções: 28 de março de 2019

Data do aceite: 28 de março de 2019

Avaliado anonimamente